







PARECER Nº

0431/2025 PROCESSO N°: 1818/2025 PROTOCOLO N°: 6189/2025

PROPOSIÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO - PR Nº 394/2025

AUTORIA:

Deputado Estadual JANAINA RIVA.

EMENTA PROPOSTA:

"Concede o Título de Cidadã Mato-Grossense à Sra. Karlla Jaqueline

Mariani.."

Nº HONRARIAS:

012/040

I – RELATÓRIO:

Submete-se a esta Comissão Permanente o **PROJETO DE RESOLUÇÃO** – **PR Nº 394/2025**, de autoria da Ilustre Deputada Estadual JANAINA RIVA, lido na 40ª Sessão Ordinária (11/06/2025), cuja ementa "Concede o Título de Cidadã Mato-Grossense à Sra. KARLLA JAQUELINE MARIANI".

Em 16/06/2025, os autos foram enviados e recebidos pelo Núcleo Social, à Comissão Permanente de Direitos Humanos, Defesa dos Direitos da Mulher, Cidadania, Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso, conforme artigo 360, inciso III, alínea "c" do Regimento Interno, para a análise e emissão de parecer quanto ao mérito da iniciativa.

A intenção da autora é conceder o Título de Cidadã Mato-Grossense à Sra. KARLLA JAQUELINE MARIANI de acordo com a Resolução nº 6.597, de 2019 que "Dispõe sobre e consolida as honrarias instituídas pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso", estabelece na seção X, artigo 14, sobre o Título de Cidadania Matogrossense. Vejamos:

- **Art. 14** O Título de Cidadania Mato-Grossense se destina a homenagear personalidades de notório reconhecimento público que não tenham nascido no Estado de Mato Grosso.
- § 1º Os projetos de resolução de concessão do Título de Cidadania Matogrossense serão analisados pela Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso.
- § 2º Os projetos de resolução de concessão do Título de Cidadania Matogrossense deverão ser instruídos com documentos que comprovem que o homenageado:











I - não nasceu no Estado de Mato Grosso;

- II reside, ou residiu no Estado de Mato Grosso por período superior a dois anos. (Revogado pela Resolução 6.853/2020).
- § 3º As pessoas nascidas no território do atual Estado de Mato Grosso do Sul em momento anterior à criação dessa unidade federativa são consideradas nascidas no Estado de Mato Grosso para efeitos desta Resolução e não poderão ser homenageadas com o Título de Cidadania Mato-Grossense.

Considerando o presente pleito, o autor terá indicado <u>012/40</u> homenagens na corrente Sessão Legislativa de 2025, cumprindo, assim, o limite quantitativo de honrarias indicadas por cada deputado, em cada Sessão Legislativa conforme preconiza o Art. 1º da Resolução nº 9.461, de 2024 que "Altera dispositivos da Resolução nº 6.597, de 10 de dezembro de 2019, que dispõe sobre e consolida as honrarias instituídas pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso", vejamos:

- **Art. 1º** Fica alterado o art. 18 da Resolução nº 6.597, de 10 de dezembro de 2019, que dispõe sobre e consolida as honrarias instituídas pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso, que passa a ter a seguinte redação:
- "Art. 18 Cada Deputado poderá indicar, por sessão legislativa, até sessenta homenagens, distribuídas da seguinte forma:
- I duas pessoa para receber a Comenda Filinto Müller;

<u>II – quarenta pessoas para receber o Título de Cidadania Mato-Grossense;</u> (Grifo nosso).

III – dezoito pessoas para serem homenageadas com as demais honrarias elencadas nesta Resolução."

A autora apresenta a seguinte justificativa:

Nascida no dia 08 de fevereiro de 1989 na cidade de Mundo Novo/MS, Karlla Jaqueline Mariani chegou ao estado de Mato Grosso em 1999, fixando residência no município de Itanhangá, onde iniciou sua trajetória marcada por coragem, resiliência e profundo comprometimento social. Anos depois, mudou-se para a cidade de Sorriso, em busca de formação acadêmica e novos horizontes profissionais.

Graduada em Direito e Psicologia, Karlla Jaqueline Mariani uniu duas áreas fundamentais para a promoção da justiça e do cuidado com o ser humano. É pós-graduada em Direito Constitucional, Direito Civil e Processo Civil, além de atuar como psicóloga clínica e jurídica. Seu trabalho é pautado pela ética, empatia e compromisso com a transformação social, especialmente no











atendimento a mulheres em situação de vulnerabilidade, adolescentes e pessoas em sofrimento psíquico.

Karlla é professora universitária nos cursos de Direito e Psicologia, e desenvolve projetos extensionistas voltados à cidadania, aos direitos humanos e ao enfrentamento à violência de gênero. Atua também como palestrante e educadora popular, levando conhecimento e formação a diferentes públicos em temas como saúde mental, empoderamento feminino, psicologia jurídica e violência doméstica.

Sua trajetória inclui ainda atuação junto à Polícia Civil no combate à violência contra a mulher e participação ativa em campanhas públicas de conscientização, inclusive cedendo sua imagem a ações voltadas à defesa dos direitos humanos.

Mãe solo desde os 19 anos, Karlla é também exemplo de força e dedicação. Criou e educou sua filha, Emanuella Mariani, hoje uma jovem liderança política reconhecida pelo trabalho em prol da juventude e da educação política.

Karlla Jaqueline Mariani é, sem dúvidas, uma mulher que honra o solo matogrossense com sua atuação ética, sensível e transformadora. Sua história é um testemunho vivo de que é possível construir um estado mais justo, humano e inclusivo por meio do conhecimento, da escuta e do engajamento social.

Diante de suas relevantes contribuições à sociedade, tanto para Sorriso, quanto para o Estado de Mato Grosso, e de seu compromisso com a promoção da educação, saúde mental, justiça e cidadania, acreditamos que a Sra. Karlla Jaqueline Mariani é merecedora do Título de Cidadã Mato-Grossense. Esta honraria não apenas reconhece suas realizações, mas também reforça a importância de cidadãos como ela, que trabalham incansavelmente em prol do desenvolvimento social e cultural do nosso Mato Grosso.

Desta feita, analisados os aspectos formais, documentos e as razões elencadas na justificativa da proposição, entendemos que a Sra. KARLLA JAQUELINE MARIANI, nascida em MUNDO NOVO/MS, em 08/02/1989, é merecedora da honraria proposta pois satisfaz os requisitos estabelecidos conforme a Resolução Nº 6.597, DE 2019 – D.O.E. AL/MT DE 10/12/2019.

Sobreleva-se que, embora o presente *Relatório possa* expor às especificações técnicas e atributos, tanto formais, legais e meritórios, a atribuição desta Comissão Permanente é vinculada e consiste em <u>dar parecer mérito a todos os projetos que abordem os temas contidos no Art. 369, inciso VIII do Regimento Interno desta Casa de</u>











<u>Leis</u>, e de acordo com os Artigos 417 e 419 do Regimento Interno desta Casa de Leis, como relator (a) designado (a), a posição neste é exclusivamente pelo "mérito de iniciativa discricionária quando for proposta por conveniência e oportunidade".

Ainda no âmbito de tecnicidades, ressalta-se que este **Relatório** consiste na narração ou exposição de fatos, atividades, elementos, argumentos etc. técnicos relativos ao mérito da questão em pauta. Ao ensejo desta oportunidade, elucida-se ainda que **Parecer/Voto** é o posicionamento do Relator e demais pares, com base factual ou legal, determinando ou apontando sugestão de ação no âmbito legislativo

Em apertada síntese, concluímos o presente relatório.

II - PARECER / VOTO DO RELATOR:

Distribuída à matéria, coube a este *RELATOR* examiná-la e oferecer Parecer, considerando o que é feito nesta ocasião.

Pelas razões expostas na análise da proposição, quanto ao **mérito**, na Comissão Permanente de Direitos Humanos, Defesa dos Direitos da Mulher, Cidadania, Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso, de acordo com os artigos 417 e 419 do Regimento Interno desta Casa de Leis, como relator (a) designado (a), posiciono-me **FAVORÁVEL** À **APROVAÇÃO** do **PROJETO DE RESOLUÇÃO – PR Nº 394/2025**, de autoria da Deputada Estadual JANAINA RIVA, que concede o Título de Cidadã Mato-grossense à sra. **KARLLA JAQUELINE MARIANI**, natural de Mundo Novo/MS, advogada, psicóloga e professora universitária, por satisfazer os requisitos estabelecidos conforme a RESOLUÇÃO Nº 6.597, DE 2019 – D.O.E. AL/MT DE 10/12/2019, portanto, é justo que receba o "Título de Cidadania Mato-Grossense".











III - DO TÍTULO DE CIDADANIA MATOGROSSENSE:

RESOLUÇÃO Nº 6.597, DE 2019 - DOEAL/MT DE 10/12/2019. Secão X

Do Título de Cidadania Mato-grossense

Art. 14 O Título de Cidadania Mato-grossense se destina a homenagear personalidades de notório reconhecimento público que não tenham nascido no Estado de Mato Grosso.

§ 1º Os projetos de resolução de concessão do Título de Cidadania Mato-grossense serão analisados pela Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso.

§ 2º Os projetos de resolução de concessão do Título de Cidadania Mato-grossense deverão ser instruídos com documentos que comprovem que o homenageado:

- I Não nasceu no Estado de Mato Grosso;
- II (Revogado pela Res. nº 6853, DOEAL/MT de 18/12/2020)
- § 3º As pessoas nascidas no território do atual Estado de Mato Grosso do Sul em momento anterior à criação dessa unidade federativa são consideradas nascidas no Estado de Mato Grosso para efeitos desta Resolução e não poderão ser homenageadas com a Título de Cidadania Mato-grossense.



Considerando o presente pleito, o autor terá indicado o limite quantitativo de honrarias indicadas por cada deputado, em Sessão Legislativa conforme preconiza o Art. 18 da Resolução nº 6.597, de 2019 que «Dispõe sobre e consolida as honrarias instituídas pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso» - atualizada até 03/07/2024, veiamos:

Art. 18 Cada Deputado poderá indicar, por sessão legislativa, até sessenta homenagens, distribuídas da sequinte forma:

I-02 (duas) pessoas para receber a Comenda Filinto Müller;

II – 40 (quarenta) pessoas para receber o Título de Cidadania
 Mata-Grossense; (Grifo nosso).

 III – 18 (dezoito) pessoas para serem homenageadas com as demais honrarias elencadas nesta Resolução.

Analisados os aspectos formais, a proposição se insere no rol de competência exclusiva do Parlamento Estadual, especificamente no art. 26, XXVIII da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO Promulgada em 05 de outubro de 1989 - D.O. 18/10/1989 e no artigo 171 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Art. 26 - É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa:

(...)

XXVIII - emendar a Constituição Estadual, promulgar leis nos casos previstos nesta Constituição, expedir decretos legislativos e resoluções;

REGIMENTO INTERNO | ALMT

Art. 171 - Resolução é aquela que se destina a regular matéria de caráter político, administrativo ou processual legislativo sobre o qual deve a Assembleia Legislativa manifestar-se no âmbito de sua competência exclusiva, nos casos indicados na Constituição Estadual, nas leis complementares e neste Regimento Interno.













MAJERIAN NORT, OF SERVICE MAJERIAN CO. EXTERNOSCOCOS

DO TÍTULO DE CIDADANIA MATOGROSSENSE:





FONTE: MT ECONÓMICO

Ademais, a prestação de homenagens e concessão de honrarias é prática corrente e visa prestigiar pessoas e entidades que, por sua atividade, tenham contribuído de algum modo para o desenvolvimento local ou para o bem-estar coletivo.

Assim, homenageia-se, com a intenção de equiparar o homenageado a alguém que nasceu no local, distinguindo-a com especial destaque no cenário sociocultural-administrativo e até religioso da comunidade.

É preciso destacar que a concessão do título honorário de "Cidadão" de um Estado pela Assembleia Legislativa deve ser bem analisada e fundamentada com detalhes, não só aos pares, mas à sociedade local como um todo.

O reconhecimento como cidadão mato-grossense é uma honraria que pode ser um sinal de valorização do trabalho realizado no estado. Algumas pessoas que receberam o título de cidadão mato-grossense destacaram a importância do reconhecimento e a gratidão pela homenagem.

Diante disso, pode-se considerar que uma pessoa agraciada com um Título de Cidadão Mato-Grossense passa a ser um irmão, um conterrâneo, uma pessoa da terra natal, um xômano.

Insta salientar ainda que por se tratar de honraria limitada a determinada quantidade, muitas pessoas bastante merecedoras não poderão ser contempladas, o que aumenta a responsabilidade e a necessidade da plena consciência dos motivos da proposição.







☐ AUSENTE



III - DECISÃO DA COMISSÃO:

	SIST	EMA EL	ETRÔNICO DE DELIBERA ° 005/2025/SPMD/MD/ALMT	ÇÃO		
REUNIÃO:	N 3 ª ORDINÁRIA □	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	RAORDINÁRIA DATA/HORÁRIO	: 11/2/DE	ILA	
PROPOSIÇÃO						
AUTORIA: DEPUTADO JANAINA RIVA						
PENSAMEN						
UBSTITUTIVO	OS:					
MENDAS:						
	MEMBROS TITULARES	RELATORIA	VOTAÇÃO		ASSINATURAS	
195	Deputado SEBATIÃO REZENDE Sebastião Machado Rezende UNIÃO BRASIL PRESIDENTE		COM O RELATOR (SIM). CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO). ABSTENÇÃO	PRESENCIAL REMOTO AUSENTE	per	
	Deputado GILBERTO CATTANI Gilberto Moacir Cattani PL VICE PRESIDENTE		COM O RELATOR (SIM). CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO). ABSTENÇÃO	PRESENCIAL REMOTO AUSENTE		
	Deputado FÁBIO TARDIN - FABINHO Fábio José Tardin PSB	X	COM O RELATOR (SIM). CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO) ABSTENÇÃO	REMOTO AUSENTE	M	
130 4	Deputado THIAGO SILVA Thiago Alexandre Rodrigues da Silva MDB		COM O RELATOR (SIM). CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO). ABSTENÇÃO	PRESENCIAL REMOTO AUSENTE		
1000	Deputado LÚDIO CABRAL Ludio Frank Mendes Cabral PT		COM O RELATOR (SIM). CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO). ABSTENÇÃO	PRESENCIAL REMOTO AUSENTE		
MEMBROS SUPLENTES		RELATORIA	VOTAÇÃO		ASSINATURAS	
	Deputado NININHO Ondanir Bortolini PSD		COM O RELATOR (SIM). CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO). ABSTENÇÃO	PRESENCIAL REMOTO AUSENTE		
(23)	Deputado DIEGO GUIMARÃES Diego Arruda Vaz Guimaraes REPUBLICANOS		COM O RELATOR (SIM). CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO). ABSTENÇÃO	PRESENCIAL REMOTO AUSENTE		
	Deputado DR. EUGÊNIO José Eugênio de Paiva PSB		COM O RELATOR (SIM). CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO). ABSTENÇÃO	PRESENCIAL REMOTO AUSENTE	** No. 1	
(E)	Deputado JUCA DO GUARANÁ Lídio Barbosa MDB		COM O RELATOR (SIM). CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO). ABSTENÇÃO	PRESENCIAL REMOTO AUSENTE		
	Deputado VALDIR BARRANCO Valdir Mendes Barranco	П	COM O RELATOR (SIM).	PRESENCIAL REMOTO		

A Comissão Permanente de Direitos Humanos, Defesa dos Direitos da Mulher, Cidadania, Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso, após apresentação do Parecer e o Voto do Relator, manifestamos:

☐ ABSTENÇÃO

VOTAÇÃO FINAL:

X	FAVORÁVEL À APROVAÇÃO	CONTRÁRIO	À APROVAÇÃO
---	-----------------------	-----------	-------------

Para ciência e continuidade da tramitação na forma regimental.